

**DO PIONEIRISMO AOS LUGARES DE MEMÓRIA: O CASO DOS  
REMANESCENTES DAS INDÚSTRIAS MORAES S/A, EM PARNAÍBA, PIAUÍ.**

Alexandra Sablina do Nascimento Veras

Graduada em História pela UESPI. Mestranda em História Social pela UFC

verasalexandrahistoria@gmail.com

**Resumo:**

Este trabalho, que está vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio em Memória GEPPM/UFC/CNPq, tem como objetivo discutir algumas questões relacionadas aos remanescentes das Indústrias Moraes S/A, localizada na cidade de Parnaíba, Piauí. Por ter se destacado no ramo da industrialização da cera de carnaúba no final dos anos 1970, a partir de métodos considerados como “pioneiros”, a indústria ficou reconhecida por periódicos e memorialistas parnaibanos como uma das maiores indústrias do Piauí, do Nordeste, e até do Brasil. No entanto, hoje quem passa pelo Centro Histórico de Parnaíba, na região que compreende o Porto das Barcas e suas proximidades, um de seus principais pontos turísticos, depara-se com as ruínas do que sobrou da antiga Indústria Moraes, que muito além de um símbolo de poder e opulência, chegou a ser considerada como um dos principais meios de subsistência de parte da população local e regiões vizinhas. No terreno em que outrora se localizavam os espaços de produção da Usina São José, restam apenas ruínas de sua estrutura, que recorrentemente tem sido utilizada como refúgio por usuários de drogas. A Usina Alberto Correia, uma das poucas unidades fabris que ainda mantém grande parte da sua estrutura original, hoje corresponde a um conjunto de prédios já castigados pelas intempéries do tempo, marcados por lembranças, silêncios e esquecimentos. Agradecemos a CAPES por viabilizar essa pesquisa.

**Palavras – Chave:** Indústrias Moraes S/A. Memória. Patrimônio Industrial.

**OS REMANESCENTES DE UM PATRIMÔNIO**

A partir do desenvolvimento de grandes e diversas estruturas de ligação entre matérias primas, mão de obra, força motriz e escoamento da produção (ANDREOTTI, 2015), às indústrias foram responsáveis por imprimir caráter e identidade espacial as cidades, organizando a dinâmica urbana e as relações sociais, a partir de uma nova lógica de organização territorial (KEMPTER, 2011). As indústrias e suas estruturas foram assim responsáveis por criar toda uma dinâmica que ultrapassava sua extensão meramente

funcional e material, alterando não apenas a paisagem das *urbes*, como também as percepções temporais e espaciais de sujeitos, grupos e comunidades, criando modos de viver, ritmos, hábitos e costumes (FERREIRA, 2013; CAVALCANTE, 2017).

No entanto, a desativação e desinstalação desses empreendimentos, decorrentes principalmente dos efeitos dos processos de desindustrialização e reestruturação econômica, intensificados no Brasil a partir da década de 1990, também culminou em significativas consequências (KEMPTER, 2011). Não apenas famílias inteiras perderam seu lugar na estrutura produtiva, tendo que se deslocar para outras regiões a procura de novos empregos - e em outros casos, encarar o próprio desemprego - como também todo um estilo de vida foi se modificando.

Nesse cenário de mudanças, que estão relacionadas as novas formas que as indústrias brasileiras – e não apenas estas - passaram a produzir e a se organizar, a ausência de políticas públicas de valoração e preservação dos bens industriais, e a dificuldade ainda existente de reconhecimento desses remanescentes como patrimônio, vem colocando em risco a permanência do legado e de uma memória coletiva associada aos processos da industrialização. Sem saber o que fazer, e como fazer, prédios e instalações remanescentes de processos produtivos obsoletos e ultrapassados acabam se transformando em um problema na paisagem e na dinâmica urbana das cidades contemporâneas (MENEGUELLO, 2011). Em contextos cada vez mais acelerados, em que o novo e o velho não são concorrentes, a permanência desses vestígios nas cidades tem se tornado muitas vezes incompreensível, principalmente para as gerações mais novas que apresentam maiores dificuldades em compreender os sentidos dessas permanências.

Parnaíba, cidade localizada no Norte do estado do Piauí, a 366 km da capital Teresina, não ficou alheia a esse processo. Sendo a segunda maior cidade do estado, Parnaíba vivenciou até meados do século XX um intenso desenvolvimento econômico, baseado na exportação de produtos oriundos do extrativismo vegetal, como a borracha de maniçoba (1900-1915), a cera de carnaúba e a amêndoa do babaçu (1910-1950) (REGO, 2010). Após o declínio da pecuária extensiva, que se manteve como a principal atividade econômica do estado até a segunda metade do século XIX (MENDES, 2008), a demanda internacional por esses produtos e a potencialidade hidrográfica do Rio Parnaíba,

considerado o maior e mais importante rio do estado, proporcionaram ao Piauí e a cidade de Parnaíba uma posição de destaque no comércio nacional e internacional (QUEIROZ, 2006). No ano de 1937, o valor da produção dos principais produtos do extrativismo vegetal alçava ao Piauí a terceira posição entre todos os estados, passando para o segundo lugar em 1938, e para o primeiro, de 1942 até 1947 (MENDES, 2003).

Como principal entreposto comercial do Piauí e como importante centro do comércio internacional na primeira metade do século XX (MENDES, 2003), Parnaíba chegou assim a contar com várias casas importadoras e exportadoras, que controlavam o comércio e a distribuição de mercadorias entre o litoral e o interior do estado. Pela região denominada Porto das Barcas, considerada como um marco do progresso comercial e industrial parnaibano, entravam e saíam os mais diversos produtos. Entre os principais exportados estavam a cera de carnaúba, amêndoas do babaçu, óleos vegetais, folhas de jaborandi, tucum, couros, peles silvestres, mamona, resinas, algodão em pluma, sal, castanha de caju, pilocarpina, arroz pilado, farinha e goma de mandioca etc. As importações também abrangiam diversos produtos como tecidos, roupas, calçados, vinhos, bacalhau, *whiskys*, azeites, carros, perfumaria, louças, livros, instrumentos musicais, dentre muitos outros artigos voltados para as classes mais abastadas da cidade (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940).

Além desses estabelecimentos comerciais, escritórios de representação de empresas nacionais e estrangeiras, e lojas de mercadorias em geral, a urbe também contava com indústrias de transformação e beneficiamento de produtos originários do extrativismo vegetal e animal, “como refinarias de cera de carnaúba, beneficiamento do arroz, curtumes e outras de produção de óleos e extratos vegetais” (MENDES, 2007, p. 66). Dentre essas iniciativas industriais<sup>1</sup> que contribuíram para o crescimento econômico da cidade de Parnaíba, a partir do desenvolvimento de estruturas/infraestruturas, expansão territorial e emprego de mão-de-obra, a Indústria Moraes S/A é apontada, e também

---

<sup>1</sup> Entre essas indústrias que funcionaram na cidade durante a primeira metade do século XX, e que hoje não se encontram mais em funcionamento, pode-se citar: Fábrica Francisco Giz Cortez; Estrella & Cia; M. N. Gonçalves; Narciso Machado & Cia; Madeira, Veiga & Cia; Pedro Machado S/A; Fábrica Aliança; Roland Jacob curtumes e couros; José pires Filho; Raimundo Candeia; José M. de Vasconcelos, dentre outras de menor porte. *Almanaque da Parnaíba*. Edições analisadas: 1924 a 1950.

rememorada, como o “maior complexo industrial do estado” do Piauí (PASSOS, 1983, p. 108) e “uma das maiores empresas do Nordeste” (ARAKEN, s/d, p. 105).

A Moraes S/A Indústria & Comércio, fundada em 04 de março de 1904 por Antônio Martins Ribeiro, Jozias Benedicto de Moraes e Fenando José dos Santos, sob a razão social de Ribeiro, Moraes & Santos, foi uma indústria especializada no beneficiamento da cera de carnaúba e na extração de óleos vegetais do babaçu, da oiticica e do tucum. Produzia, por meio do beneficiamento dessas matérias primas, vários produtos para bens de consumo como óleo alimentício, óleo industrial, ceras para assoalho, velas para iluminação, glicerina, sabões, sabonetes, sabão em pó, gordura de coco, ácidos graxos, silicato de sódio e ralão<sup>2</sup>, utilizando matéria prima dos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

Além das intensas trocas comerciais com o mercado internacional, a Indústria Moraes também fornecia seus produtos para o mercado interno, principalmente para os estados do Nordeste e Sul do Brasil. Possuía diversas filiais para a compra de gêneros de exportação e venda de seus produtos, distribuídas em cidades como Floriano (PI), Campo Maior (PI), Piripiri (PI), Teresina (PI), São Luiz (MA) e Rio de Janeiro (RJ).

Em Parnaíba, além da loja Moraes Importação Ltda, situada à Praça da Graça, para escritórios e venda de seus produtos, as Indústrias Moraes possuíam dois estabelecimentos fabris: a Usina São José, fundada em 1930, e a Usina Alberto Correia, fundada em 1947<sup>3</sup>. A São José, localizada a Rua Coronel Ribeiro, no Bairro Nossa Senhora do Carmo, operava inicialmente no ramo do beneficiamento do algodão, possuindo 05 armazéns para depósito de algodão em caroço. A Indústria também chegou a montar outras unidades com finalidades semelhantes, como a Usina Moraes, fundada em 1931, em Amarante (PI); Usina Caxias, fundada em 1934, em Caxias (MA); e Usina Santa Maria, em Pastos Bons (MA), fundada em 1935 (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1937, p. 118; ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1954, p. 51).

---

<sup>2</sup> Subproduto que sobrava do processo de extração do óleo do babaçu, empregado na alimentação de reses.

<sup>3</sup> As Indústrias Moraes também chegaram a possuir uma terceira unidade fabril em Parnaíba, na localidade denominada Rosápolis, zona rural. Essa fábrica, que funcionou por pouco tempo, era um núcleo de secagem de palhas de carnaúba, em que seria posteriormente implantada a Fábrica de Celulose – CELP.

A partir dos anos de 1940, as instalações de beneficiamento de algodão foram sendo vendidas e a Indústria Moraes (na época Moraes & Cia) passou a expandir suas atividades. A Usina São José, ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, foi tendo suas instalações ampliadas, passando a produzir outros produtos e a ganhar uma representatividade maior na paisagem urbana da cidade de Parnaíba (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 261-265). Por sua localização estratégica, e por ter sido considerada uma das primeiras “grandes” fábricas localizadas na cidade<sup>4</sup>, a Usina São José aparece de forma mais expressiva nos “documentos oficiais” e relatos memorialísticos sobre a cidade de Parnaíba, o que difere, porém, da Usina Alberto Correia, que quase nunca aparece nos documentos sobre a cidade. Localizada na região do entorno do Porto das Barcas, à Rua Monsenhor Joaquim Lopes, também no Bairro Nossa Senhora do Carmo, a Usina Alberto Correia era uma fábrica especializada no processamento da cera de carnaúba, produzindo diversos tipos de ceras industrializadas, para fins de exportação.

Além de unidades fabris, navio de médio porte, e cais de uso próprio, a Moraes S/A também possuía rebocadores e alvarengas distribuídos ao longo do curso do Rio Parnaíba para o transporte de mercadorias para os Portos de Luis Correia, Tutóia e Fortaleza. A localização de suas fábricas nas proximidades do Rio Igaráçu, no Porto das Barcas, era bastante estratégica ao passo em que facilitava o escoamento de sua produção. No caso da Usina Alberto Correia, instalada às margens do Rio, isso se dava principalmente a partir de estruturas de ligação, como os oleodutos utilizados para transportar o óleo alimentício dos 05 tanques de depósito situados dentro da fábrica, diretamente para os navios e alvarengas. Esses tanques eram também equipados a outros dispositivos para a embarcação do óleo em carros tanques, com capacidade de até mil e trezentos quilos.

Tendo operado por quase meio século na fabricação de diversos tipos de produtos, dentre eles o sabonete Glicerol, um dos mais conhecidos de sua marca, as Indústrias Moraes S/A a partir da década de 1970 passaram a concentrar suas atividades no processamento industrial das folhas e talos da carnaúba, dando origem ao Projeto

---

<sup>4</sup> Há registros de outras fábricas consideradas como grandes, instaladas em Parnaíba na primeira metade do século XX, como a Fábrica Ortiz Cortês, fundada em 1910, localizada na zona rural de Parnaíba.

Celulose Moraes. O projeto, também conhecido como “Projeto Carnaubeira” (INOVAÇÃO, 1978, p. 09), tinha como objetivo aperfeiçoar o processo de corte e beneficiamento das folhas e talos da carnaúba para a obtenção de pó cerífero e produção de celulose. O projeto foi entregue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE em outubro de 1975, e aprovado no dia 29 de outubro de 1976 como de interesse para o desenvolvimento do Nordeste, durante sua 196ª reunião, realizada na cidade de Teresina, Piauí (MORAES S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1975).

Por ter se destacado no ramo do processamento industrial da cera de carnaúba, a partir de métodos e técnicas consideradas como “pioneiras” para o contexto da época, a Indústria Moraes S/A ficou reconhecida por periódicos, memorialistas e escritores parnaibanos, como uma das maiores indústrias do Piauí, do Nordeste, e até do Brasil, graças “a invulgar capacidade de trabalho e extraordinária inteligência” de José de Moraes Correia (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p. 49).

No entanto, hoje quem passa pelo Centro Histórico de Parnaíba, na região que compreende o Porto das Barcas e suas proximidades, depara-se com as ruínas do que sobrou da antiga Indústrias Moraes S/A que, muito além de um símbolo de poder e opulência, chegou a ser considerada como um dos principais meios de subsistência de parte da população local e regiões vizinhas, como o município de Ilha Grande<sup>5</sup>. No terreno onde se localizavam os espaços de trabalho e produção da Usina São José, restam apenas ruínas de sua estrutura que recorrentemente têm sido utilizadas como refúgio por usuários de drogas. Desde o ano de 2014, moradores do Bairro Nossa Senhora do Carmo, em que estão situados os remanescentes da Usina, tem reivindicado ao poder público municipal que a chaminé da antiga fábrica, com mais de 20 metros de altura, seja demolida. Tal reivindicação tem sido motivada pelas rachaduras ao longo de sua estrutura que vêm comprometendo a segurança de moradores locais, como a do Sr. Fernando e de seus funcionários. Sr. Fernando possui uma oficina metalúrgica ao lado da antiga fábrica e convive cotidianamente com o risco do que sobrou de sua estrutura, em condições precárias de preservação, desabar em sua propriedade.

---

<sup>5</sup> Até os anos de 1992, o município de Ilha Grande, localizado na região do Delta do Parnaíba, pertencia a cidade de Parnaíba. Com sua emancipação, em 1993, a ilha passou a ser dividida em duas regiões diferentes: Ilha Grande de Santa Isabel, que é um bairro da cidade de Parnaíba, e o município de Ilha Grande, conhecido atualmente como Morros da Mariana.

Por ser considerada uma área de risco, não apenas pelos remanescentes das Indústrias Moraes, mas também pela existência de outros prédios tombados que correm risco de desabamento, essa área tem sido recorrentemente interditada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Secretaria de Serviços Urbanos e Defesa Civil (Sesudec), Secretaria de Transportes, Trânsito e Articulação com as Forças de Segurança (Setransafs) e Guarda Civil Municipal. Essas interdições que tem isolado o tráfego a Rua Merval Vêras, em que estão localizadas as Ruínas do Centro Histórico de Parnaíba, um dos principais cartões postais da cidade, têm sido realizadas principalmente em período de chuvas, em que o risco de desabamento tem se tornado maiores, e também recorrentes.

Já a Usina Alberto Correia, localizada à Rua Monsenhor Joaquim Lopes, também no Bairro Nossa Senhora do Carmo, é uma das poucas unidades fabris que ainda mantém grande parte da sua estrutura original intacta. Diferente da Usina São José, essa fábrica se encontra em uma propriedade fechada, não sendo possível transitarmos, nem fotografarmos o seu interior. Na singular oportunidade que tivemos de visitar esse espaço único, nos deparamos com vestígios de antigas instalações e máquinas que foram parcialmente ou totalmente desmontadas. A antiga Casa de Forças, local em que ficavam as caldeiras navais responsáveis por sustentar as outras instalações da fábrica, ainda contém um gerador de energia elétrica a diesel e uma caldeira a vapor de grande porte, ambos em estado de oxidação. O antigo Laboratório utilizado para a realização de testes e pesquisas dos produtos utilizados e fabricados na Usina, ainda se encontra parcialmente preservado, com exemplares de produtos químicos e vidraçaria. Parte do mobiliário desse espaço mantém a mesma disposição do dia em que a fábrica foi desativada: caderneta e canetas em cima da mesa, amostras de material cerífero, pastas e processos empilhados, os retratos na parede; O Relógio de ponto, outrora utilizado para controlar a entrada e saída dos trabalhadores e trabalhadoras, também se encontra no mesmo lugar, mas, assim como o restante da fábrica, o seu tempo e os seus barulhos também silenciaram; Oficinas de manutenção mecânica, elétrica e marcenaria ociosas; unidades de produção obsoletas; portão oxidado; telhados a desmoronar.

Ao nos depararmos com esses restos do passado, identificamos materialidades capazes de revelar diversos tempos da cidade de Parnaíba e também do estado do Piauí,

ao nos trazer vestígios de uma cultura industrial associada a um período de desenvolvimento econômico e urbano. No entanto, mesmo sendo representativos de um determinado espaço temporal, esses restos não falam por si só. Os artefatos ou demais elementos que, por alguma razão, são capazes de mobilizar a memória das pessoas acerca de acontecimentos ou experiências passadas não possuem um sentido em si (GONÇALVES, 2015). É necessário questionar os sentidos que caracterizam esses vestígios como marcos de um tempo pretérito. São vestígios da vida e da atividade humana, armazenadores de significados diversos, em disputa pelos sujeitos e grupos dos quais faz parte enquanto memória (ANDREOTTI, 2015). Esses vestígios, que compõem espaços que no passado abrigavam as atividades do trabalho e da produção industrial, vão perdendo os significados para o quais foram criados e vão adquirindo outros, estabelecidos a partir da relação, sempre problemática, entre o visível do tempo presente e o invisível do passado (GUIMARÃES, 2007).

Segundo Maria Letícia Mazucchi Ferreira (2009, p. 34), “portadoras de uma estética que desafia os padrões estilísticos, essas ‘ruínas’ de processos produtivos já ultrapassados insistem em permanecer e evocar sentidos e significados que ultrapassam suas funcionalidades”. Esses remanescentes são testemunhos de um conjunto de elementos, de tecnologias, de relações de trabalho, de concepções de tempo e espaço e, sobretudo, de memórias que ali se depositam. Para a autora, o trabalho com os vestígios da cultura industrial deve passar necessariamente por uma abordagem multidisciplinar que possibilite associá-los as diversas vivências e experiências.

Outra pesquisadora que tem nos ajudado a pensar na complexidade dessas questões é Cristina Meneguello (2011), para quem “a indelével associação entre os espaços de trabalho e as memórias dos trabalhadores incide também na dimensão imaterial da experiência industrial, que estão relacionadas aos saberes, as rotinas do trabalho e às práticas cotidianas”. Para Meneguello, trabalhar com os vestígios da cultura industrial, como objeto de pesquisa, exige que se considere a dimensão da preservação da memória do trabalho e dos trabalhadores, que estão relacionadas aos conhecimentos e habilidades técnicas, as rotinas de produção, de organização e de sociabilidade, tanto dentro como fora dos espaços de trabalho e produção.

## A MEMÓRIA DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES COMO PARTE CONSTITUTIVA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Tendo em vista os avanços das discussões em torno do Patrimônio Industrial, em maio de 2019, na cidade de Sevilha, Espanha, foi lançada a Carta do Patrimônio Industrial de Sevilha<sup>6</sup>. Ao fazer um balanço dos novos desafios e paradigmas colocados pelo século XXI em relação à investigação, a tutela e a ativação do patrimônio, a Carta de Sevilha traz para a pauta das discussões a importância dos sujeitos, grupos e comunidades que estiveram diretamente ligados aos processos da industrialização. Segundo o documento: “A memória coletiva da classe trabalhadora deve ser considerada como um elemento de referência para compreender os espaços de trabalho e as relações que se estabelecem entre a cultura material, o imaterial e o território” (SEVILHA, 2018, p. 22)<sup>7</sup>. Dentre outros aspectos citados ao longo do documento, são os diversos sujeitos, suas vivências e experiências, que tornam os vestígios de processos produtivos já obsoletos e ultrapassados um patrimônio importante a ser salvaguardado, preservado e estudado.

Ao apontar a necessidade de reconhecimento do “valor cultural dos testemunhos materiais e intangíveis ligados às atividades produtivas” (SEVILHA, 2018, p. 11)<sup>8</sup>, a Carta do Patrimônio Industrial de Sevilha se apresenta assim como um importante documento diante dos novos desafios que se colocam aos pesquisadores e pesquisadoras que têm se debruçado sobre os remanescentes da industrialização como objeto de estudos.

Por outro lado, ao analisar a Carta de Sevilha, em conjunto com pesquisas brasileiras que têm sido desenvolvidas sobre o tema do Patrimônio industrial – especialmente na área de Arquitetura e Urbanismo, em que as pesquisas sobre tal tema tem sido predominantes - é possível notar que ainda há uma certa tendência de se utilizar da memória do trabalho e dos trabalhadores como uma forma de acessar o passado das

---

<sup>6</sup> Em maio de 2018, foi realizado o VII Seminário de Paisagens Industriais da Andaluzia Pensando no patrimônio industrial: os desafios do século XXI, organizado pelo Centro de Estudos da Andaluzia e do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Espanha), cujas discussões resultaram na elaboração da Carta do Patrimônio Industrial de Sevilha, lançada em fevereiro de 2019.

<sup>7</sup> Tradução livre, do original: La memoria colectiva de la clase trabajadora debe ser considerada como un elemento referencia para entender los espacios de trabajo y las relaciones que se establecen entre la cultura material, la inmaterial y el territorio.

<sup>8</sup> Tradução livre, do original: El valor cultural de los testimonios materiales e inmatrimoniales vinculados a las actividades productivas.

indústrias e, de certa forma, de “iluminar” o passado de empreendimentos que foram grandes motores do desenvolvimento econômico e urbano de diversas cidades e estados.

Não há, porém, como negar a importância desses estudos para a história das indústrias e das diversas tecnologias que aqui, no Brasil, se desenvolveram. No entanto, compreendemos que as memórias do trabalho e dos trabalhadores, que estão relacionadas aos conhecimentos e habilidades técnicas, as rotinas de produção, de organização e de sociabilidade, como salientado anteriormente por Meneguello (2011), não podem ser analisadas apenas como uma fonte para a compreensão dos espaços industriais. Quando se desativam uma indústria ou uma unidade fabril não apenas as máquinas, as técnicas e os processos produtivos se tornam obsoletos e ultrapassados, mas também os próprios operários, seus conhecimentos e habilidades (FILIPE, 2018), transformados em memória. A rotina do trabalho na fábrica disciplina, aliena, deixa suas marcas nas mãos, nos pés, nas expressões faciais. Por outro lado, sua ausência também modifica essa dinâmica, cria outros espaços, outros hábitos, outros costumes, outros conflitos e sociabilidades. Portanto, as formas de viver desses sujeitos também se transformam.

Na complexidade dessas novas relações, às memórias do trabalho e dos trabalhadores, que estão também relacionadas as novas formas que esses sujeitos passam a ressignificar seus antigos lugares de trabalho, é ao mesmo tempo uma reinvenção constante das identidades e das experiências desses sujeitos (FERREIRA, 2009). Esses lugares de memória<sup>9</sup> são assim lugares de vida. Trazem recordações de períodos em que a vida cotidiana estava vinculada aos enfrentamentos e valores atribuídos ao trabalho. Mas, por outro lado, esses lugares de memória são também lugares de perda, de lamento, de esvaziamento (FERREIRA, 2009).

Tomando como base essas leituras, compreendemos que os remanescentes das Indústrias Moraes S/A, que compreendem as ruínas das Usinas São José e Alberto Correia, hoje protegidas pelas políticas de proteção do patrimônio (IPHAN, 2008), não podem ser compreendidos apenas como vestígios de processos, técnicas e métodos que

---

<sup>9</sup> Lugares de Memória, conceito elaborado por Pierre Nora (1993), é aqui compreendido não no sentido de determinados locais em que a memória se instalaria ou residiria, mas no sentido que é cunhado pelo próprio autor, ou seja, lugares que funcionariam como vetores, como ativadores de memórias no tempo presente. Os lugares de memória não correspondem assim necessariamente a espaços físicos ou objetos que evocariam lembranças de um determinado passado ou mesmo lugares patrimonializados, mas sim lugares que seriam capazes de mobilizar a memória, fazendo com que ela trabalhe (GONÇALVES, 2015).

foram sendo ultrapassados em decorrência do desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, como, por exemplo, a substituição da cera de carnaúba por produtos sintéticos e derivados do petróleo (TAJRA, 1995). Mas, refletir sobre os remanescentes da indústria como objeto de estudos, requer enxergar – e também imaginar – além da materialidade que constitui os vestígios desse patrimônio no tempo presente. Falar de patrimônio industrial, além da arquitetura, das edificações fabris, das instalações e maquinário, e tudo aquilo que caracteriza a materialidade dos espaços de trabalho e produção, requer também falar dos sujeitos (diversos), da memória, da identidade, da comunidade (FERREIRA, 2009; KEMPTER, 2011; SALES, 2015; FILIPE, 2018).

## **REFERÊNCIAS**

ANDREOTTI, Maria Beatriz. *“Vestígios Industriais em Campinas: deslocamento produtivo e patrimônio industrial”*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

CAVALCANTE, M. C. S. *O (Re)Fazer da cidade: Usos e apropriações do Espaço Urbano de Paulista – PE*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

FERREIRA, M. L. M. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. *Horizontes Antropológicos* (UFRGS. Impresso), v. 1, 2013, p. 69-98.

FERREIRA, M. L. M. Reflexões sobre o reconhecimento e usos do patrimônio industrial. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio. (Org.). *Cultura material e patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: MAST, 2009, v. 1, p. 189-212.

FILIPE, Maria da Graça da Silveira. In: MATOS, Ana Cardoso de; SALES, Telma Bessa. (Orgs.) *Conversando sobre Patrimônio Industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens*. Sobral: Edições UVA, 2018.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. *Memória em rede*. Pelotas, v. 7, n. 13, 2015, p. 15-28.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 15. n. 2, Jul-dez. 2007, p. 11-30.

KEMPTER, E. D. *O lugar do patrimônio industrial*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Campinas. Campinas, 2011.

MENDES, Felipe. Formação Econômica. In: SANTANA (Org.). *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MENDES, Iweltman. *Parnaíba: Educação e Sociedade*. Parnaíba: Sieart, 2007.

MENDES, Iweltman. *Porto de Luís Correia: histórico de um sonho*. Parnaíba: Sieart, 2008.

MENEGUELLO, C. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *Anais I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC, 2011, p. 1819- 1834.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: Edufpi, 2006.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos Sertões aos Mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2010.

SALES, Telma Bessa. *Patrimônio industrial: palavras, imagens e práticas*. Revista Historiar, v. 7, n. 13, 2015, p. 80-101.

TAJRA, Jesus E. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Piauí: Formação desenvolvimento perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

## **Fontes**

*Almanaque da Parnaíba*, 1937.

*Almanaque da Parnaíba*, 1940.

*Almanaque da Parnaíba*, 1954.

*Almanaque da Parnaíba*, 1978.

*Almanaque da Parnaíba*, 1979.

*Almanaque da Parnaíba*, 1981.

ARAKEN, Carlos. *Estórias de uma cidade muito amada*. Parnaíba: [edição do autor], s\d. *Inovação*, ano I, n.06. Parnaíba, abril de 1978.

MORAES S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Síntese dos trabalhos e pesquisas levados a efeito por Moraes S/A Indústria e Comércio, de Parnaíba (Piauí), para extração de celulose dos resíduos abandonados das folhas e talos da carnaubeira*. Parnaíba, agosto de 1975.

PASSOS, Caio. *Cada rua – Sua história*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1982.

IPHAN (2008). *Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII*. Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. Teresina: 19 SR/PI.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). *Carta de Sevilla de patrimônio industrial*. Sevilha, 21 de fev. 2018. disponível em:

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

<https://www.centrodeestudiosandaluces.es/descargas.php?mod=actividades&fileid=105>

1 Acesso em 13.04.2019.